



CONCURSO PÚBLICO
PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO / SC – 12ª REGIÃO
PROVAS DO DIA 27/08/2017



Roteiro de Correção

Analista Judiciário - Área Administrativa

Questão 1

- i. Cálculos apresentados e valores corretos
- ii. Cálculos apresentados e valores corretos

Total da Questão 1 – 8 pontos

Questão 2

- i. Possibilidade de invocação da exceção do contrato não cumprido contra a Administração Pública.
- ii. O particular tem o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, independentemente de provimento judicial.
- iii. O particular pode rescindir o contrato administrativo diante do inadimplemento do poder público, mas somente poderá fazê-lo mediante ação judicial.
- iv. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

Total da Questão 2 – 6 pontos

Questão 3

- i. Não haverá integração do plano de saúde médico e odontológico ao salário por expressa previsão legal.
- ii. Enquanto em outro Estado, Roberval receberá adicional de transferência de 25% do seu salário.
- iii. O desconto de previdência privada é ilegal porque não autorizado por escrito.
- iv. As verbas serão pagas até o 1º dia útil seguinte ao término do aviso prévio.
- v. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

Total da Questão 3 – 6 pontos



CONCURSO PÚBLICO
PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO / SC – 12ª REGIÃO
PROVAS DO DIA 27/08/2017



Roteiro de Correção

Analista Judiciário - Oficial de Justiça

Questão 1

- i. Prevalecerá a alegação de Justino o oficial de justiça possui fé pública;
- ii. Sim, pois em razão do princípio da utilidade;
- iii. Sim, foi vítima do crime de desacato;
- iv. Pode ser determinado o bloqueio de crédito existente junto ao Município;
- v. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

Total da Questão 1 – 8 pontos

Questão 2

- i. É inválida porque é proibida a anotação de qualquer fato desabonador à conduta do empregado na sua CTPS;
- ii. É possível desde que o empregado assim requeira ao empregador no mês de janeiro do ano de fruição das férias;
- iii. É válido, pois a Lei não considera que neste caso a falta seja justificada;
- iv. Não terá desconto de imposto de renda porque tem natureza indenizatória;
- v. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

Total da Questão 2 – 6 pontos

Questão 3

- i. Inviável, pois não cabe rito sumaríssimo quando um dos réus é ente público.
- ii. Negativo, pois só é necessário que o Procurador Municipal se declare tal.
- iii. Negativo, pois os juros menores não se aplicam quando a condenação do ente público é subsidiária.
- iv. Negativo, pois o ente público é isento de preparo caso queira recorrer.
- v. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

Total da Questão 3 – 6 pontos



CONCURSO PÚBLICO
PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO / SC – 12ª REGIÃO
PROVAS DO DIA 27/08/2017



Roteiro de Correção

Analista Judiciário - Área Judiciária

Questão 1

- i. Sim, há responsabilidade solidária porque as empresas integram um grupo econômico do empregado.
- ii. Sim, por se tratar de comissões por venda de produtos de empresas do mesmo grupo econômico do empregador.
- iii. Sim, pois o caixa, ainda que executivo, não ocupa cargo de confiança bancário, submetido então à jornada de 6 horas diárias.
- iv. Sim, porque a substituição foi de caráter não eventual, garantindo-lhe o mesmo salário do substituído.
- v. Não porque o trabalho foi prestado durante a mesma jornada para empresas que integram um grupo econômico, não caracterizando então a coexistência de mais de um contrato de trabalho, tratando-se de empregador único.
- vi. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

Total da Questão 1 – 8 pontos

Questão 2

- i. A 1ª ação será arquivada.
- ii. A 2ª demanda será distribuída à 32ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú em razão de prevenção daquele juízo.
- iii. Há prescrição extintiva porque a 1ª ação foi proposta mais de 2 anos após a ruptura do contrato.
- iv. A 2ª ação não deve ser suspensa porque isso somente ocorre nos processos que se encontram na fase de execução, o que não é o caso.
- v. Abordagem geral: Desenvolvimento, argumentação e raciocínio jurídico.

Total da Questão 2 – 6 pontos



CONCURSO PÚBLICO
PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO / SC – 12ª REGIÃO
PROVAS DO DIA 27/08/2017



Questão 3

i. A primeira inspeção, realizada por fiscais estaduais, tomou por base lei formalmente inconstitucional,

ii. já que compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho (CR/1988, Art. 22, I).

iii. A segunda inspeção, realizada por fiscais federais, tomou por base lei formalmente constitucional,

iv. já que editada pela União com base nas competências que lhe foram atribuídas pelos Arts. 21, XXIV e 22, I, da CR/1988.

v. compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às multas aplicadas (Art. 114, VII, da CR/1988).

Total da Questão 3 – 6 pontos